

## Karl Marx à Peking de Mylène Gaulard

(Paris, Demopolis, 2014, 270 páginas)

Lincoln Secco

Karl Marx à Peking pretende demolir o mito da economia socialista de mercado. Ou melhor, da “economia de mercado socialista”, já que os mercados precedem o capitalismo. Isso explica, talvez, porque os chineses traduziram há muitos anos a monumental obra de Fernand Braudel que diferencia o que ele chama de capitalismo e mercado.

Mylène Gaulard demonstra sólida formação como economista e marxista. Depois de explicar didaticamente o papel do Estado no modo de produção do capital, define sem nenhuma dúvida que a China é simplesmente uma economia capitalista, exibindo todas as suas categorias fundamentais: salário, dinheiro, forma mercantil dos produtos, planificação em preços, propriedade privada, separação entre produtores e meios de produção, lucro etc.

Duas lacunas: embora a autora cite abundantemente vários autores e autoras marxistas, de Engels até Amadeo Bordiga, quase silencia acerca de Mao Tsetung. Além disso, questiona a hipótese do modo de produção asiático e os erros da caracterização oficial dos comunistas dos anos 1930 da China como país em parte ainda feudal. Isso levava a uma política de aliança com a “burguesia nacional”. No entanto, a autora não explica como uma formulação errada levou à vitória da Revolução em 1949.

É a partir do segundo capítulo que o livro apresenta suas reais contribuições ao debate sobre a China contemporânea. Mesmo reconhecendo a diminuição da pobreza desde a vitória do Partido Comunista, mostra que a partir de meados dos anos 1980 há um crescimento da desigualdade social medido pelo índice de Gini. A “fantástica” produção chinesa se volta para o mercado exterior, já que somente 100 milhões de chineses constituem a demanda interna de bens duráveis.

O cerne de toda a argumentação de Gaulard é que as dificuldades que a economia do país enfrenta mais explicitamente nos últimos anos (com a queda da taxa de crescimento do PIB) não são causadas por uma demanda insuficiente e sim pela queda da taxa de lucro. Aqui é necessária uma ponderação. O aspecto mal compreendido da teoria de Rosa Luxemburg e que a situa erroneamente entre teóricos subconsumistas é que ela não vê possibilidade de uma demanda de bens de capital (meios de produção) infinita porque em algum momento a produção capitalista precisa gerar bens de consumo para pessoas.

Para alguns subconsumistas a demanda final só poderia vir dos próprios trabalhadores, posto que eles consomem bens de salário. Mas para aumentar os lucros, os capitalistas tendem a diminuir os salários relativamente ao capital investido. Eles restringem o emprego, aumentando o capital constante (investido em meios de produção) e a produtividade; e mantêm um exército de reserva de força de trabalho que garante os salários baixos.

No entanto, isso diminuiria a capacidade do Departamento II vender seus produtos. Acontece que a demanda intersetorial pode compensar isso. O Departamento I pode se expandir e criar demanda para II. Uma nova planta da empresa de bolachas precisa de novas máquinas.

O que Rosa Luxemburgo mostra é que as máquinas podem permitir a produção de outras máquinas, mas no fim das contas todas elas geram direta ou indiretamente bens de consumo. Se há que se limitar os salários para manter uma taxa de lucro aceitável aos capitalistas, a perspectiva de lucro a ser obtida com novos investimentos é cada vez menor<sup>1</sup>, pois os trabalhadores são os principais consumidores. Áreas exteriores podem então absorver a mais valia que sobra: antigas colônias, Estado, gastos militares. África e a América Latina, por exemplo, se tornaram áreas para “exportação” da mais valia chinesa.

Assim, o problema de Rosa não é só o da demanda efetiva, embora ela tenha apontado pioneiramente o problema, sem, é claro, imaginar as políticas keynesianas, já que o interesse dela não era o de salvar o capitalismo. O problema dela é o mesmo de Marx: o da queda da taxa de lucro.

---

1 Mehgnad Desai, “Subconsumo”, in Tom Bottomore (Org). Dicionário do Pensamento Marxista, Rio de Janeiro, Zahar, 1985, p.369.

John Hobson já havia lidado com a questão da poupança excedente, a qual ele atribuía à má distribuição do poder de compra que impedia o escoamento de bens de capital no interior do país. Lenin enfatizou depois a exportação de capitais em busca de uma taxa de lucro superior àquela existente no interior dos países centrais e Rosa, finalmente, demonstrou como a periferia absorve os bens excedentes dos países centrais. Estes também emprestam e a dívida dos países periféricos serve para valorizar o capital do centro a uma taxa de lucro maior do que aquela que obteria em suas fronteiras internas.

Nesse ponto Gaulard é clara: o endividamento dos países pobres é que permite aos capitais europeus e estadunidenses terem uma rentabilidade superior àquela que teriam em seus países. Sem os escoadouros ou mercados (*débouchés*) exteriores situados na periferia do modo de produção capitalista, os empresários não conseguiriam superar as crises de superprodução e não poderiam reinvestir seus lucros em função de um mercado (*marché*) interior insuficiente.

Nos anos 1990 o FMI indica a apreciação cambial aos países periféricos. Assim, eles importam o excedente dos países centrais, acumularam déficits comerciais e em seguida os capitais especulativos que garantiam uma balança de pagamentos equilibrada fugiram e geraram a crise e a apreciação cambial. Isso contagiou o México (1994), Ásia (1997), Rússia (1998), Turquia e Brasil (1999) e Argentina (2001).

Mais adiante Gaulard remete a leitura ao *ponto de retorno* de William Arthur Lewis. Ele foi um economista caribenho, negro, e que ganhou o prêmio nobel de 1979. Era amigo de outro renomado intelectual da região, o historiador e ex-primeiro ministro de Trinidad e Tobago Eric Willians. A tese daquele é que quando a economia atinge uma renda per capita de 15 mil dólares conhece uma desaceleração econômica.

Gaulard também lembra que a produtividade do trabalho na ciência econômica é puramente ideológica. Mede o valor agregado por um trabalhador por hora de trabalho e não aquilo que o trabalhador produz relacionado ao que ele custa. O custo salarial unitário (custo do salário ajustado à produtividade) na China era 40% dos EUA em 1998 e chegou a 67% em 2013.

Há uma queda tendencial da taxa de lucro e um aumento visível da composição orgânica do capital. A autora mede a taxa de exploração como o PIB menos a massa salarial, dividido

pela mesma massa salarial. E mede a composição orgânica do capital a partir do estoque de capital (sem os gastos com construção) dividido pela massa salarial.

Gaulard faz alusão também à Teoria do voo dos gansos selvagens de Akamatsu (1937): o país iniciante produz bens de consumo de baixo teor tecnológico destinado ao mercado interior. Depois usa o protecionismo. Em seguida exporta ao mercado internacional e este se torna o setor dinâmico. As receitas de exportação permitem investir em tecnologia e produzir mercadorias com alto valor agregado. A alta dos salários leva o país a abandonar a produção de bens de baixo conteúdo tecnológico.

O que parece a força pode ser a fragilidade. A China exporta 20% dos manufaturados à Europa, 18% aos EUA e 8% ao Japão. Ela tem o interesse de comprar títulos da dívida desses países para que eles tenham condição de continuar importando. A riqueza financeira é muito superior (como tem que ser) à real. Mas para a autora, denunciar a financeirização é inútil porque ela existe em função da queda da taxa de lucro e da necessidade de encontrar novas formas de valorização do valor. Outras são mercados de arte, terrenos de golf, imóveis etc. A China demonstraria, para o (seu) bem e para o (nosso) mal que o capital só se valoriza realmente no terreno produtivo...